

**corpo-território em movimento e protagonismo indígena matriarcal:
percepções desde a aldeia maraka'nã**

**body-territory in movement and indigenous matriarchal leadership:
perspectives from the maraka'nã village**

Amanda Mara Lopes de Oliveira Goytaká

Mestranda em Antropologia

Universidade Federal Fluminense (UFF)

Niterói, RJ

Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-1900-197X>

Iasmim Oliveira Passos

Advogada, Cientista Social e Pesquisadora Independente

Niterói, RJ

Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-0342-652X>

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.20208808>

Resumo: A etnogênese indígena contemporânea tem revelado um fortalecimento expressivo do protagonismo das mulheres nos mais diversos espaços políticos, comunitários, espirituais e acadêmicos. Este trabalho busca analisar as formas pelas quais o protagonismo matriarcal elabora práticas de resistência e produz epistemologias próprias, a partir de pesquisa de campo desenvolvida na *Aldeia Maraka'nã*, território indígena pluriétnico e urbano localizado no coração da cidade do Rio de Janeiro. O recorte temporal concentra-se no ano de 2025, marcado pela realização de eventos como o 1º Encontro de Indígena LGBTQPINA+, a 1ª Marcha das Mulheres Indígenas do Rio de Janeiro, rodas de Sagrado Feminino, além de projetos de educação indígena e preservação cultural. A pesquisa também dialoga com produções acadêmicas de autoras indígenas, especialmente Brulina Aurora Baniwa, Célia Xakriabá e Creuza Krahô, mobilizando a categoria analítica “corpo-território em movimento” como ferramenta para compreender a subjetividade enquanto espaço político, espiritual, epistemológico e ancestral. A partir de vivências diversas na aldeia urbana, em coprodução de reflexividades em horizontalidade com as interlocutoras, analisa-se como corpo, território, ancestralidade e luta política se entrelaçam na produção de saberes contracoloniais. Argumenta-se que tais práticas tensionam as epistemologias eurocêntricas e contribuem para a ampliação dos debates contemporâneos sobre ontologias indígenas, gênero e produção do conhecimento, reafirmando o papel central das mulheres indígenas na sustentação das lutas coletivas e na continuidade dos modos de existência originários.

Palavras-chave: (1) Mulheres indígenas; (2) Corpo-território; (3) Protagonismo matriarcal; (4) Epistemologias indígenas; (5) Decolonialidade.

Abstract: Contemporary Indigenous ethnogenesis has revealed a significant strengthening of women's leadership across political, community, spiritual, and

academic spheres. This paper analyzes the ways in which matriarchal protagonism articulates practices of resistance and produces its own epistemologies, drawing on field research conducted in Aldeia Maraka'nã, a multiethnic and urban Indigenous territory located in the heart of the city of Rio de Janeiro. The temporal focus centers on the year 2025, marked by events such as the 1st Indigenous LGBTQPINA+ Gathering, the 1st Indigenous Women's March of Rio de Janeiro, Sacred Feminine circles, as well as Indigenous education and cultural preservation projects. The research also engages in dialogue with the academic productions of Indigenous women authors, especially Braulina Aurora Baniwa, Célia Xakriabá, and Creuza Krahô, mobilizing the analytical category "body—territory in movement" as a tool to understand subjectivity as a political, spiritual, epistemological, and ancestral space. Based on diverse lived experiences in the urban village and on the co-production of reflexivity in horizontal dialogue with interlocutors, the analysis examines how body, territory, ancestry, and political struggle intertwine in the production of counter-colonial knowledge. It is argued that such practices challenge Eurocentric epistemologies and contribute to the expansion of contemporary debates on Indigenous ontologies, gender, and knowledge production, reaffirming the central role of Indigenous women in sustaining collective struggles and ensuring the continuity of original modes of existence.

Keywords: (1) Indigenous women; (2) Body-territory; (3) Matriarchal protagonism; (4) Indigenous epistemologies; (5) Decoloniality.

Introdução

A etnogênese indígena tem apresentado resultados significativos quanto à sua capacidade de crescimento, tanto em tamanho como em pluralidade. Nesse contexto, observa-se o fortalecimento da presença de mulheres indígenas em múltiplos espaços - da política institucional às universidades, das organizações territoriais às práticas comunitárias, espirituais e produtivas nas aldeias¹. Esse crescimento não teria sido possível sem uma eficiente mobilização política (e espiritual) por parte dos movimentos de base.

Em linhas gerais, é importante apontar que o movimento indígena se articula por meio de organizações locais, regionais e nacionais. Com efeito, em abril de 2025, a *Articulação dos Povos Indígenas (APIB)* reuniu cerca de nove mil indígenas, de cento e cinquenta povos de todas as regiões do Brasil, no *21º Acampamento Terra Livre*, em Brasília, reivindicando, entre outras pautas, autodeterminação, demarcação territorial e transição energética justa. Já em agosto, a *Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA)* reuniu mais de cinco mil mulheres indígenas na *4ª Marcha Nacional - Por nossos corpos e territórios, curamos a terra!*. A crescente capacidade de organização do movimento indígena oferece reflexões analíticas amplas, inclusive sobre a construção de respostas coletivas à degradação ambiental e humana, gerada pela lógica desenvolvimentista neoliberal.

É nesse contexto que esta pesquisa busca refletir sobre o protagonismo matriarcal nas lutas em curso, a partir das nossas percepções sobre a *Aldeia Maraka'nã*. Localizada no Rio de Janeiro, ao lado de um dos mais conhecidos estádios de futebol do mundo, a Aldeia constitui “o epicentro da retomada indígena” (GOYTAKÁ 2024) no contexto carioca. A constituição atual da Aldeia resulta da articulação de diversas etnias que, além de estabelecerem um território urbano pluriétnico, fundaram também sua própria universidade indígena - ou, nos termos locais, uma pluriversidade².

¹ Nomes como *Joênia Wapichana*, *Sônia Guajajara*, *Célia Xakriabá*, *Célia Tupinambá*, *Sônia Benites*, *Txai Suruí*, *Watatakalu Yawalapiti*, *Eliana Potiguara*, *Dariara Tukano*, *Arissana Pataxó*, entre tantas outras que merecem reconhecimento.

² Interessante mencionar que o local, antes da colonização portuguesa, era ocupada sobretudo pelos *Tupinambá*, posteriormente dizimados ao longo do processo de formação da cidade. O território abrigou uma das sedes do antigo Serviço de Proteção ao Índio que, posteriormente, foi transformado no Museu do Índio, idealizado por Darcy Ribeiro em 1953. A aldeia também possui raízes históricas associadas ao legado da Conferência da ONU “Eco-92”, também conhecida como “Rio-92”, durante a qual o movimento indígena nacional reuniu-se e refletiu sobre a necessidade de retomada de territórios na cidade do Rio de Janeiro. O processo contou, por exemplo, com indígenas das etnias *Pataxó* e *Guajajara*, sendo que estes, até os dias atuais, seguem na liderança da resistência. Desde 2012, a

Ao longo do ano de 2025, estivemos presentes em diversos encontros interétnicos, atividades culturais e espirituais promovidas pelo território pluriétnico, de forma aberta a apoiadores e visitantes. Considerando o recorte deste trabalho, nosso foco recaiu em alguns deles, como *A 1ª Marcha das Mulheres Indígenas do Rio de Janeiro*, *O 1º Encontro de Indígenas LGBTQPINA+*, os *Ciclos de Sagrado Feminino*, bem como a atuação do coletivo *Matriarcado Ancestral*.

Nossa participação nessas vivências antecede a decisão de transformá-las em pesquisa científica. Já nos conhecíamos da *Aldeia Maraka'nã*, mas somente ao cursarmos conjuntamente uma disciplina de metodologia no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, no segundo semestre de 2025, passamos a refletir que, em contraste com o ambiente acadêmico, é a Aldeia que pode oferecer profícuos exemplos de *“racionalidades e metodologias de produção e reprodução de conhecimentos diferentes dos modus operandi da ciência moderna”* (BANIWA apud SANTOS 2021).

Partimos do reconhecimento de desafios metodológicos específicos: quando utilizados os métodos científicos tradicionais, corre-se o risco de que as experiências sejam traduzidas em conceitos estranhos às próprias *indígenas mulheres*³. Por isso, ainda que uma tradução completa do contexto não seja possível, defendemos que aproximações interpretativas possam emergir de uma presença em campo orientada pela horizontalidade do diálogo, pela aceitação de zonas de não tradução, silêncios e ambiguidades, pela abertura ao desconhecido e pela recusa da separação entre corporalidade e razão.

Considerando estes desafios, após produzirmos reflexividades sobre o cotidiano e as especificidades da *Aldeia Maraka'nã*, buscamos um recorte teórico capaz de nos auxiliar na compreensão do atual contexto nacional de produção de saberes por indígenas mulheres. A partir da compreensão da pesquisa como produção discursiva e não representação da realidade, nos voltamos para a produção de pesquisadoras indígenas, tais como Brulina Aurora Baniwa (2022), Célia Xakriabá (2018) e Creuza Krahô (2017), cujas perspectivas sobre *autonomia, corpo e território* ampliam os horizontes tanto da luta indígena, como das teorias de gênero.

Ao compararmos este referencial teórico com o campo, mobilizamos a categoria *“corpo-território em movimento”* como interessante ferramenta analítica ao ciclo de lutas em curso. Tal conceito permite pensar o corpo como território atravessado por ancestralidade, memória, conhecimento e

aldeia é alvo de uma ação de reintegração de posse, movida pelo Estado do Rio de Janeiro, que busca o despejo das famílias que moram no local.

³ Optamos por utilizar a expressão de Brulina Aurora (2022) que informa escrever *“indígenas mulheres, com o substantivo indígena na frente, seguido de mulheres, (pois) essa última palavra deve ser um qualificativo da primeira, especificando o significado de indígenas”* (AURORA 2022: 23).

ação política, evidenciando seu caráter simultaneamente espiritual e político. Assim, propomos analisar o protagonismo matriarcal na Aldeia Maraka'nã a partir da compreensão de que o corpo-território constitui lugar privilegiado de inscrição e produção de saberes nas lutas indígenas contemporâneas.

Matriarcado ancestral: conhecimento que nasce do corpo e da sociabilidade

Os *Círculos de Sagrado Feminino*, programados para ocorrerem mensalmente, constituem espaços privilegiados de produção coletiva de escuta, cuidado e reflexão. Os encontros iniciam-se em roda, com todas as participantes sentadas lado a lado, compartilhando experiências pessoais sem delimitação prévia de tempo ou hierarquia de fala. Em sua maioria, as conversas se repetem e oscilam entre dois polos. Por um lado, expressam a sobrecarga feminina, a ausência de redes de apoio, a presença das violências urbanas e das dificuldades da maternidade. Por outro, manifestam gratidão pela Aldeia como espaço de escuta, acolhimento e articulação comunitária.

Frequentemente descritas pelas próprias participantes como uma forma de “terapia coletiva”, as rodas revelam como experiências individuais de sofrimento são compreendidas como efeitos de estruturas sociais mais amplas. Tanto nas falas esperançosas, como nas desesperançadas, a *espiritualidade* e a *ancestralidade* são evocadas como “as forças” que guiam as participantes até ali. Esses *poderes* aparecem como elos entre corpo e território e, nesse sentido, a desconexão com eles é frequentemente ressaltada como motivo de enfermidades e mal-estar.

Muitas mulheres também apontam dificuldades em exercer suas religiosidades de forma cotidiana. Elas ressaltam o preconceito e a solidão envolvidos em práticas espirituais que não se adequam às crenças judaico-cristãs, sobretudo nas áreas urbanas periféricas. Nesse sentido, compreendem que os sofrimentos vivenciados não são psicológicos ou individuais, mas sobretudo de cunho cosmológico e espiritual. Assim, entrelaçam narrativas múltiplas, apostando em uma luta política que quer ocupar as instituições estatais sem abrir mão da própria visão de mundo - e, muito menos, do próprio corpo: que se pinta, reza, canta, toca maracá e move-se pela intuição.

Logo após a conversa inicial, há uma pausa para o lanche coletivo. Bolos, sucos, frutas do pé e pães diversos são dispostos e as crianças são chamadas para se servirem primeiro. Mulheres, indígenas e apoiadoras, trocam sobre os mais diversos temas - desde receitas de cozinha a elaborações existenciais de difíceis soluções. Novos conhecimentos parecem ser rapidamente incorporados nesse contexto de aproximações múltiplas, curiosidades íntimas e trocas reflexivas afetuosas e espontâneas.

Na sequência, as organizadoras das rodas costumam oferecer atividades diversificadas, tais como brincadeiras, danças e práticas corporais conjuntas. Entre as dinâmicas mais recorrentes destaca-se a partilha de saberes sobre plantas e árvores presentes na aldeia. Nesse caso, diferentes tipos de ramos, folhas e flores são colocadas nas esteiras no meio da roda. Primeiro, as participantes são convocadas a identificarem as espécies, através de seus sentidos, entrando em contato com o aroma - e, por vezes, sabor - das plantas. O aprendizado ocorre sensorialmente antes de se tornar verbal. Geralmente, são as mulheres indígenas ou negras praticantes de religiões de matriz africana que assumem protagonismo na transmissão de conhecimentos medicinais e espirituais das plantas, evidenciando formas de intelectualidades baseadas na experiência vivida e na continuidade ancestral.

Os *Ciclos de Sagrado Feminino*, que nunca têm hora para acabar e podem fluir de maneiras e em ritmos diferenciados, costumam encerrar ao redor da fogueira, com todas batendo seus maracás em rezos, cantos e danças. Nesse momento, torna-se explícita a compreensão compartilhada de que reunir mulheres em roda constitui simultaneamente prática espiritual e ação política. O cuidado coletivo emerge como forma de resistência e possibilidade de convivência, pois, em horizontalidade, nos sentimos fortalecidas e regeneradas - pelo menos o suficiente para lidar (e transformar) a sobrecarga opressiva da rotina urbana por mais um mês.

Verifica-se, assim, um resgate da dimensão holística e sagrada da vida cotidiana, com a valorização de práticas de encantaria e pajelança. A contínua evocação das participantes aos encantados, aos ancestrais mortos e aos espíritos das plantas é tão forte que ilustra o que a pesquisadora Aymara Silvia Rivera Cusicanqui sonhou: o reencantamento do mundo por meio de epistemologias indígenas, onde até o tempo é relacional e o invisível participa do visível (CUSICANQUI 2018).

Paralelamente aos círculos, na Aldeia também há constante atuação do Coletivo *Matriarcado Ancestral*, uma articulação pluriétnica voltada à preservação da natureza, à valorização dos saberes tradicionais e ao enfrentamento do apagamento histórico das culturas indígenas. O Coletivo - composto por mulheres indígenas, em retomada e apoiadoras - possui diversas atuações para além do território *Maraka'nã*. Com base em princípios de horizontalidade e autonomia, ele promove rodas de cura e de conversa, elabora material de conscientização e produz práticas próprias voltadas à saúde integral, igualdade de gênero, soberania alimentar e proteção dos territórios e patrimônios naturais, tanto em contextos urbanos quanto aldeados (MURA 2025).

Nesse contexto, o “ciclo do feminino” aparece como um dos principais eixos organizadores da vida comunitária e resistência política da *Aldeia Maraka'nã*. Nele, o sagrado feminino não é uma idealização da feminilidade, mas a percepção de que os ciclos menstruais, lunares, gestacionais e

espirituais orientam a organização comunitária e constituem saberes fundamentais. As anciãs e mulheres mais velhas são guardiãs da memória e, as mais jovens, guardiãs da continuidade - e todas, juntas, apontam a necessidade de protagonismo das indígenas mulheres na produção de alternativas sociais e epistemológicas às desigualdades contemporâneas.

Esse contexto também é fundamental para compreender dois movimentos que, como dito, ocorreram pela primeira vez em 2025: a 1ª *Marcha das Mulheres Indígenas do Rio de Janeiro* e, no dia seguinte, o 1º *Encontro de Indígenas LGBTQPINA+ da Aldeia Maraka'nã*. Em ambos os eventos, as falas das organizadoras expuseram dificuldades em levantar tais questões “identitárias” no contexto indígena, tendo em vista as opressões históricas que se alastraram para dentro dos territórios originários. Afinal, por mais que as cosmovisões originárias sobre “feminino” e “sexualidade” fossem outras, a partir dos processos de colonização e evangelização passou a haver “efetiva falta de permissão para o outro existir em sua inteireza”⁹.

Relatos diversos apontaram como a família e a aldeia podem ser as primeiras a renegar aqueles que divergem da *cisheteronormatividade*. Muitos dissidentes, por exemplo, ouviram que “ser LGBTQ é doença de branco”⁴ - o que demonstra uma tentativa de diminuição da identidade indígena, além da construção de um essencialismo estereotipado. Ao longo dos encontros, foram diversas as narrativas sobre violências vividas em consequência da orientação sexual e de gênero, contadas em meio a soluços e lágrimas. Após diversos agradecimentos, formaram-se alianças e promessas de que novos encontros (identitários) acontecerão na *Aldeia Maraka'nã*.

A chegada destes debates também deve ser observada pelo contexto no qual se insere: uma aldeia urbana (e pluriétnica) é palco de muitas encruzilhadas, já que constantemente atravessada por visitantes não-indígenas, ativistas, pesquisadores e integrantes de movimentos sociais diversos. A presença de um território indígena cosmopolita torna-se, assim, palco na confluência com outras lutas e organizações políticas. A análise de tal fenômeno é cada vez mais importante, uma vez que atualmente, no Brasil, a cada três indígenas autodeclarados, dois estão localizados nas cidades⁵, o que produz novas formas de articulação entre território, mobilidade e pertencimento.

É precisamente nesse entrelaçamento entre cuidado coletivo, espiritualidade, política e circulação de saberes que se torna possível perceber que o conhecimento ali produzido não emerge apenas do discurso, mas da experiência corporal compartilhada. As práticas observadas

⁴ Fala de Emerson Baré, pedagogo e mestrando de Linguística no Museu Nacional/UFRJ.

⁵ Disponível em: <<https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/dados-do-censo-2022-revelam-que-o-brasil-tem-1-7-milhao-de-indigenas>>. Acesso em: 02/02/2025.

indicam que corpo, território e sociabilidade constituem dimensões inseparáveis de um mesmo processo de produção de saber - concepção que tem sido desenvolvida analiticamente por pesquisadoras indígenas contemporâneas.

Indígenas mulheres: epistemologias encarnadas

As vivências em campo ressoam diretamente com a produção intelectual atual de pesquisadoras indígenas, cujas reflexões partem da premissa de que corpo e território não constituem entidades fechadas e separadas. Nesse sentido, toda violação territorial implica uma violação corporal - e reciprocamente. No contexto de uma aldeia urbana localizada no Rio de Janeiro, essa relação torna-se particularmente visível: violências urbanas como racismo, brutalização policial e precarização habitacional são experimentadas simultaneamente como agressões ao território e aos corpos que o habitam.

A antropóloga Bráulia Baniwa utiliza a categoria de “corpo-território em movimento”, aquele que “*está sempre na mobilização de articulações*”, para explicar o corpo como um território cheio de ciências, que se (auto)modela pela produção contínua dos conhecimentos ancestrais que gera. Para a autora, essa formulação é uma chave analítica potente “*para quem escreve sobre mulheres*” e que serve para “*ecoar vozes e contribuir no debate das produções de conhecimento*” (BANIWA 2022) no âmbito acadêmico.

Com efeito, esta ideia tensiona a percepção ocidental de território como espaço fixo, delimitável e quantificável (e logo comercializável). O território é geografia, mas é também linguagem: uma semiótica que especifica formas de perceber e habitar o mundo - não só a partir dos conhecimentos e tradições vinculados aos territórios, mas, também, por meio das memórias e afetos que eles despertam em nós. Esta percepção fluída e sensível permite uma alternativa epistemológica, uma forma de resistência às tentativas coloniais de fixar identidades e minimizar pertencimentos étnicos.

As produções acadêmicas elaboradas por mulheres indígenas evidenciam, ainda, modos próprios de aprendizagem e elaboração do saber (KRAHÔ 2017; XAKRIABÁ 2018; BANIWA 2022). Nelas, o conhecimento é percebido como processo coletivo, articulado por meio de redes em diálogo. Corpos que se comunicam desde a aldeia, a academia, a política, as florestas ou as cidades. Por isso, elas citam e referenciam, preferencial e principalmente, apenas cientistas indígenas, em processo que nomeiam como metodologia “*nós por nós*” - ou seja, uma estratégia epistemológica de recomposição histórica diante de séculos de apagamento intelectual.

Essas pesquisas também evidenciam dois deslocamentos centrais.

Primeiro, demonstram que as ciências modernas, inclusive a própria antropologia, frequentemente negligenciam o saber-fazer matriarcal, relegando indígenas mulheres a posições complementares ou secundárias nas narrativas etnográficas. Segundo, indicam que categorias do feminismo ocidental não são suficientes para compreender as cosmopercepções indígenas e, dessa forma, indicam que suas lutas, enquanto mulheres, não se orientam pela busca de igualdade dentro de um sistema binário de gênero, mas pela continuidade de modos ancestrais de existência, anteriores à própria imposição colonial dessas classificações.

Trata-se de um matriarcado entendido não como inversão hierárquica, mas como princípio organizador baseado na interdependência e complementaridade entre humanos, animais, territórios, ciclos naturais e entidades espirituais. Para tanto, o corpo, o coletivo, a ancestralidade e a espiritualidade são mobilizados como dimensões centrais da produção de conhecimento.

Tais perspectivas encontram ressonância direta nas práticas observadas na *Aldeia Maraka'nã*, onde a pedagogia não se inicia no texto escrito, mas na experiência sensível: na pulsação do corpo, nos cantos coletivos, nos ciclos menstruais e lunares, na fogueira e nas ervas que florescem em meio à cidade. A vivência coletiva emerge, assim, como uma espécie de tecnologia matriarcal ancestral, responsável pela transmissão de códigos éticos, comportamentais e cosmológicos que garantem a resistência e a continuidade da promoção do bem-viver nos territórios.

Verifica-se, assim, que o protagonismo matriarcal não apenas organiza práticas comunitárias, mas produz formulações teóricas e metodológicas próprias. O corpo-território em constante construção permite que indígenas - aldeados ou não - cultivem continuidade histórica e reinventem pertencimentos, expandindo suas raízes para além das fronteiras físicas do território. O conhecimento emerge do sentir compartilhado e reorganiza parâmetros aprendidos nos espaços universitários, lembrando que existem epistemologias vivas que não apenas escapam às categorias acadêmicas, mas as desafiam e expandem.

Conclusão

Esta discussão buscou compreender como práticas coletivas conduzidas por mulheres indígenas na *Aldeia Maraka'nã* produzem formas próprias de elaboração de sentidos, contribuindo para o fortalecimento dos processos contemporâneos de etnogênese. As rodas de conversa, as mobilizações políticas e as articulações interétnicas tornam possíveis produções de saberes que emergem das relações cotidianas entre corpo, território, ancestralidade e luta coletiva.

As experiências observadas também indicam que o aprofundamento dos debates sobre orientação sexual e identidade de gênero constitui parte

das transformações em curso nas comunidades indígenas urbanas, evidenciando tensões, negociações e reconfigurações internas que acompanham processos mais amplos de circulação política e cosmológica. Longe de fragmentar a luta indigenista, tais debates ampliam suas possibilidades, apontando para formas plurais de existência e pertencimento.

Se o corpo é concebido como território coletivo, cuidar de si implica necessariamente cuidar das relações que sustentam a vida comunitária. Assim, o protagonismo matriarcal observado na *Aldeia Maraka'nã* evidencia modos de existência nos quais política, espiritualidade e conhecimento não se separam, mas se coproduzem continuamente. Ao evidenciar essas dinâmicas, o artigo sugere que as epistemologias indígenas não apenas ampliam os debates acadêmicos contemporâneos, mas convidam a própria ciência a repensar seus modos de conhecer. O corpo-território, em permanente movimento, aponta para formas de produção de saberes que abrem caminhos para imaginarmos futuros compartilhados para além das fronteiras epistemológicas herdadas da modernidade colonial.

Referências

BANIWA, A. (2022). “Indígenas mulheres: corpo-território em movimento”. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social - Universidade de Brasília, Brasília.

GOYTAKÁ, A. (2024). “Muká Mukaú: os desafios da retomada identitária de indígenas em contexto urbano no Rio de Janeiro”. Dissertação de Graduação de Licenciatura em História - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

KRAHÔ, C. (2017). “Wato ne hômpu ne kâmpa: Convivo, vejo e ouço a vida Mehi (Mākrarè)”. Dissertação de Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais - Universidade de Brasília.

MURA, M.; GOYTAKÁ, A.; RAMOS, M. & CAMPOS, A. (2025). *Mulheres Indígenas na Retomada do Matriarcado Ancestral – A Luta pela Cura do Feminino e da Mãe Terra*.

Disponível em: <https://cebes.org.br/mulheres-indigenas-retomada-matriarcado-ancestral-luta-cura-femininomae-terra/39116/>

Acesso em: 12/10/2025.

RIVERA, C. (2018). *Un mundo Ch'ixi es posible: ensayos desde un presente en crisis*. Buenos Aires: Tinta Limón.

SANTOS, A. (2012). “Olho de parente” e o “olho estranho” - Considerações etnográficas sobre viver, olhar, ouvir, escrever e permanecer”, *Novos*

Debates – Fórum de Antropologia, Brasília.

SEGATO, R. (2023). *Crítica da colonialidade em oito ensaios: e uma antropologia por demanda*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.

XAKRIABÁ, C. (2018). “O Barro, o Genipapo e o Giz no fazer epistemológico de autoria Xakriabá: Reativação da Memória por uma educação territorializada”. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais) - Universidade de Brasília.

Sobre as autoras

Amanda Mara Lopes de Oliveira Goytaká é Graduada em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e mestranda em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Atua em pesquisas sobre etnogênese indígena, territorialidades urbanas e protagonismo feminino indígena.

Iasmim Oliveira Passos é Graduada em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e pós-graduada em Ciências Sociais pela PUC-RIO. Atua em pesquisas sobre antropologia, epistemologias decoloniais, gênero e direitos dos povos indígenas.